

35 – MA, estando sendo verificada junto a SEMA a possibilidade de fretar um ônibus para
36 levar os interessados, destacando que maiores informações podem ser obtidas no site do
37 ENCOB. Colocou em seguida que foi feito um termo de referência direcionado à
38 FAPEMAT solicitando recursos da mesma para a realização do Seminário Estadual de
39 Recursos Hídricos, de forma a se garantir a execução do mesmo e estabelecer novas
40 parcerias. O Secretário Executivo colocou que a SEMA precisa constituir um conselho
41 técnico-científico com função de avaliar o mérito científico dos trabalhos apresentados nos
42 seminários produzidos pela SEMA. Em seguida, a Secretaria do CEHIDRO informou aos
43 conselheiros que ocorreu uma reestruturação na SEMA e a Superintendência de
44 Recursos Hídricos agora conta com mais uma gerência, além das já existentes
45 anteriormente, que é a Gerência de Águas Subterrâneas, dentro da estrutura da
46 Coordenadoria de Controle dos Recursos Hídricos, sendo a gerente nomeada a sra. Lilian
47 Apoitia, a qual também integra o CEHIDRO como suplente da ABAS. Informou aos
48 conselheiros que entre os dias 02 e 04 de julho, em Cuiabá, ocorrerá o Congresso de
49 Saneamento e Tecnologias Alternativas do Centro de Referência de Reuso da Água e
50 convidando todos a participar, sendo complementada pela conselheira Josita Priante que
51 este Congresso é um resultado do Projeto de Implementação do Centro de Reuso da
52 Água, que conta com o apoio da Petrobras, colocando ainda que no decorrer do mesmo
53 será inaugurado o Laboratório Físico-químico-bacteriológico para água, esgoto e água de
54 reuso. O Secretário Executivo colocou que a Secretaria está elaborando o plano
55 plurianual e sugeriu um acompanhamento do CEHIDRO no processo de planejamento,
56 sendo sugerido pela conselheira Telma Monteiro que fosse marcada uma reunião
57 extraordinária para a apresentação deste planejamento, o que foi aprovado e agendada a
58 reunião para o dia 09 de junho. O Secretário Executivo abriu aos presentes para informes,
59 passando a palavra ao Sr. Nédio Pinheiro, Coordenador de Controle de Recursos
60 Hídricos da SEMA, que colocou aos conselheiros que a Alteração da lei de Águas
61 Subterrâneas, já apreciada e aprovada pelo CEHIDRO, estava parada na Assembléia
62 Legislativa devido ao pedido de vista de um deputado, complementando que a Presidente
63 entrou em contato com o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia e
64 solicitou que o mesmo fosse considerado prioritário, para dar celeridade ao processo, o
65 que foi consentido pelo mesmo. A conselheira Susan Lannes colocou aos conselheiros
66 ocorrerá entre os dias 25 e 27 de maio um curso da ABES sobre reatores UASB e pós
67 tratamento aeróbio, convidando os conselheiros para participarem do mesmo,
68 ponderando que será um curso extremamente técnico e com custo, devido a necessidade

69 de custear a vinda do professor. O Secretario Executivo passou então para a apreciação
70 da Minuta de Alteração da Lei 6.945/97, colocando aos conselheiros que está e a
71 segunda reunião onde esta minuta é apreciada e que a mesma foi feita a partir de
72 alterações sugeridas pela SEMA, destacando a necessidade de uma atualização desta,
73 processo que encontra-se em andamento em diversos Estados e que este era um dos
74 produtos previsto no Plano Estadual de Recursos Hídricos, que não foi concluído devido
75 ao falecimento do consultor responsável e impossibilidade de substituição deste, o que
76 levou a SEMA a sugerir as alterações a partir do seu próprio corpo técnico. A Secretaria
77 do CEHIDRO colocou que na ultima reunião foi analisado até o artigo 27 e procedeu a
78 leitura do artigo 28 e do artigo 29 e seus incisos. O Secretario Executivo questionou se a
79 competência para a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica é do CEHIDRO ou do
80 governo, sendo respondido pela Sra. Leonice Lotufo, Gerente de Apoio e Fomento à
81 Comitês de Bacia Hidrográfica, que a competência da criação é do CEHIDRO, mas pode
82 ser feito um Decreto Governamental reconhecendo o Comitê criado. A conselheira
83 Alessandra Panizi colocou que o comitê deve arbitrar os conflitos mas que o mesmo não
84 irá julgar multas, sugerindo que se separasse o texto em dois artigos, complementando
85 ainda que o CEHIDRO julga conflitos que deveriam ser enviados não pela SEMA, como
86 ocorre, mas sim pelo Comitê relacionado. A sra. Leonice Lotufo colocou que se existir um
87 comitê na região do conflito, o mesmo tem atribuição de solucioná-la, sendo
88 encaminhado ao CEHIDRO em caso de um dos interessados recorrer ou na inexistência
89 do comitê no local. A Presidente colocou que é necessário se alterar as competências do
90 CEHIDRO, para que ele tenha competência de analisar recursos em primeira e/ou ultima
91 instância, por ser uma questão jurídica. O conselheiro Décio Siebert ponderou que o
92 CEHIDRO não iria arbitrar, mas sim emitir um parecer, sendo ponderado pela Presidente
93 que neste caso a única instância seria o CEHIDRO e o Comitê só opinaria. A conselheira
94 Susan Lannes ponderou que não concorda com a substituição sugerida pela SEMA no
95 Art. 29, sugerindo que fosse deixado o inciso I como estava anteriormente, sendo
96 ponderado pela sra. Leonice Lotufo que quem promove os estudos é a SEMA, ao que a
97 conselheira colocou que o restante do texto deve ser deixado para que os comitês tenham
98 a competência de opinar sobre o que será executado na sua bacia de atuação. A
99 Presidente sugeriu que a redação do inciso I do art. 29 ficasse “propor e Participar de
100 estudos e discussões dos planos que poderão ser executados na área da bacia”, o que foi
101 aprovado pelos conselheiros presentes. A Secretaria do CEHIDRO colocou que é
102 necessário se voltar a discussão sobre a competência dos comitês de arbitragem em

103 primeira instancia os conflitos, ao que a conselheira Alessandra Panizi ponderou que o
104 CEHIDRO pode deliberar contrariamente ao Comitê, colocando que não considera
105 adequado, uma vez que as pessoas no local que tem a real idéia do conflito e conhecem
106 sua realidade, sugerindo que o CEHIDRO não tivesse a competência de analisar decisões
107 dos Comitês, devendo ser esta discussão levada a instancia judicial. O Conselheiro
108 Antônio Vecchiato ponderou que é importante que os conflitos sejam decididos na esfera
109 local, porem o prejudicado deve ter o direito de recorrer a uma instancia superior. A
110 conselheira Alessandra Panizi ponderou que o CNRH decide conflitos entre os Conselhos
111 Estaduais e delibera sobre outros quando forem encaminhados pelo comitê competente,
112 não tendo a parte direito de recorrer ao CNRH, sendo complementado pela sra. Leonice
113 Lotufo que o comitê pode encaminhar ao CEHIDRO casos e considere incompetente. A
114 conselheira Alessandra Panizi sugeriu que a redação final do inciso II do artigo 29 ficasse
115 “II - mediar e decidir, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos
116 recursos hídricos”, o que foi aprovado pelos conselheiros. A Presidente solicitou que se
117 voltasse ao artigo 27, que trata das competências do CEHIDRO, e o texto do inciso IX
118 fosse dividido ficando “IX - mediar e decidir, em primeira instância administrativa, os
119 conflitos relacionados aos recursos hídricos; X - decidir os conflitos existentes entre os
120 comitês de bacia hidrográfica estaduais”, o que foi aprovado pelos conselheiros. A
121 Secretaria do CEHIDRO sugeriu a inclusão de um parágrafo no artigo 27, com a redação
122 “§ 2º O CEHIDRO agira supletivamente na inexistência de Comitês de Bacia
123 Hidrográfica.”, o que foi aprovado. O Secretario Executivo ponderou que quando se cria
124 um comitê de bacia cria-se uma instituição de estado, devendo portanto ser criada pelo
125 próprio governo, ao que a Secretaria do CEHIDRO ponderou que isso engessaria criação
126 dos comitês, sendo complementado pela conselheira Alessandra Panizi que a Política
127 Nacional não exige que o Comitê seja criado pelo governo, ao que o conselheiro Décio
128 Siebert colocou que não acha necessário se deixar isso para o governo. A Secretaria do
129 CEHIDRO sugeriu manter a redação como está, o que foi aprovado pelos conselheiros,
130 sendo colocado pela Presidente que como não é uma condição sine qua non podemos
131 deixar como está. A Secretária do CEHIDRO colocou aos conselheiros que o Art. 30, no
132 texto apresentado, está com a redação antiga, sendo que a SEMA sugeriu alterações
133 para o mesmo, solicitando que a discussão deste artigo ficasse para a próxima reunião a
134 fim de que pudesse verificar a sugestão da SEMA, o que foi aprovado pelos conselheiros.
135 A Secretaria do CEHIDRO procedeu a leitura do artigo 31, sendo colocado pela sra.
136 Leonice Lotufo colocou que no inciso II so se trata do Plano Estadual de Recursos

Hídricos, sugerindo a inclusão de um inciso que trate dos planos de bacia, com a redação “II - elaborar a proposta do Plano de Bacia Hidrográficas e suas atualizações para encaminhamento ao respectivo Comitê” o que foi aprovado pelos conselheiros. A conselheira Telma Monteiro colocou que não concorda com a sugestão de exclusão do inciso IV, sugerindo que o mesmo fosse mantido com sua redação alterada para “IV – promover a articulação interinstitucional para o desenvolvimento de estudos de engenharia, aspectos socioeconômicos e ambientais, e no campo do Direito da Água para aprimorar o conhecimento do setor no âmbito do Estado”, ao que a Secretaria do CEHIDRO sugeriu deixar em aberto para discussão na próxima reunião a fim de se verificar a adequação do mesmo, o que foi aprovado. Sugeriu ainda que a discussão fosse encerrada neste artigo, devido ao avançado da hora, o que foi aprovado pelos conselheiros. Nada mais a ser dito, a Presidente agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 48min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

MAURREN LAZZARETTI

Presidente do CEHIDRO

em substituição

LEANDRO MARASCHIN

Secretário Executivo do CEHIDRO

em substituição

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11/08/2011.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*